



O BRICS E O BRICS PLUS: PERSPECTIVAS SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS DE GERAÇÃO DE VALOR MÚTUA ENTRE AS NAÇÕES: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

BRICS and BRICS Plus: social, environmental and cultural perspectives for generating mutual value between nations, possibilities and challenges

Claudio Noel de Toni Junior
Universidade Federal de São Carlos
Email: juniortoni100@gmail.com

RESUMO

Desde sua criação em 2009, o BRICS visava se apropriar entre seus pares da conjuntura política e econômica para que houvessem trocas de mercadorias e produtos de nações singulares no cenário das relações internacionais, países em desenvolvimento, o maior país do mundo, a Rússia, duas economias em crescente ascensão, China e Índia, além da África do Sul, maior economia da África. O objetivo do artigo é abordar as possibilidades mesmo com a dependência dos Estados Unidos e do dólar no mercado internacional vigentes, no surgimento para o bloco de oportunidades para que crescessem sem a interferência de Donald Trump, embora já tenha ameaçado o bloco de sanções caso crie uma nova moeda e a adote nas relações comerciais. Todavia, aborda-se até que ponto se pode haver crescimento mútuo entre as nações que estão ingressando mesmo com diferenças étnicas, culturais, de vivências, ou seja o econômico e a diplomacia internacional serão capazes de eliminar barreiras culturais e gerar progresso técnico em países tão diferentes etnicamente em prol de uma independência mercadológica dos Estados Unidos?. A metodologia abordada é referencial descritiva de autores e instituições que mensuram sucessos e as barreiras culturais entre os países.

Palavras-Chave: Econômico, Desenvolvimento social, Moeda única, Etnia, Diversidade étnica

ACEITO EM: 30/04/2025

PUBLICADO EM: 20/06/2025



RISUS - Journal on Innovation and Sustainability
volume 16, número 2 - 2025

ISSN: 2179-3565

Editor Científico: Arnaldo José de Hoyos Guevara

Editor Assistente: Vitória Catarina Dib

Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

BRICS AND BRICS PLUS: SOCIAL, ENVIRONMENTAL AND CULTURAL PERSPECTIVES FOR GENERATING MUTUAL VALUE BETWEEN NATIONS: POSSIBILITIES AND CHALLENGES

*O BRICS e o BRICS Plus: perspectivas socioambientais e culturais de geração de valor mútua entre as nações,
possibilidades e desafios*

Claudio Noel de Toni Junior
Universidade Federal de São Carlos
Email: juniortoni100@gmail.com

ABSTRACT

Since its creation in 2009, BRICS has aimed to take advantage of the political and economic situation among its peers so that there can be exchanges of goods and products from unique nations on the international relations scene: developing countries, the world's largest country, Russia, two economies on the rise, China and India, as well as South Africa, Africa's largest economy. The aim of the article is to address the possibilities, even with the current dependence on the United States and the dollar in the international market, in the emergence of opportunities for the block to grow without the interference of Donald Trump, although he has already threatened the block with sanctions if it creates a new currency and adopts it in trade relations. However, the question is to what extent can there be mutual growth between the nations that are joining even with ethnic, cultural and experiential differences, i.e. will the economy and international diplomacy be able to eliminate cultural barriers and generate technical progress in countries that are so ethnically different in favor of market independence from the United States? The methodology used is a descriptive reference of authors and institutions that measure success and cultural barriers between countries.

Keywords: Economic, Social development, Single currency, Ethnicity, Ethnic diversity

INTRODUÇÃO

A origem do BRICS remonta ao ano de 2001, quando o economista Jim O'Neill, então chefe de pesquisa global do Goldman Sachs, cunhou o termo para descrever um grupo de países emergentes que apresentavam potencial significativo para se tornarem potências econômicas globais. Inicialmente, o conceito incluía apenas Brasil, Rússia, Índia e China. A ideia era destacar a crescente influência econômica desses países no cenário mundial e a possibilidade de uma nova ordem econômica que desafiasse a hegemonia ocidental.

O surgimento do BRICS, conforme UDP (2021) pode ser visto como uma resposta à insatisfação com as instituições financeiras internacionais tradicionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Esses países buscavam maior autonomia em suas políticas econômicas e sociais, além de um espaço onde pudessem discutir questões comuns sem a pressão das potências ocidentais.

Assim, em 2009, destacam Gennari, Miglioli e Lima Filho (2024) que, os líderes dos quatro países se reuniram pela primeira vez em uma cúpula formal na Rússia, marcando oficialmente a criação do bloco. Com o passar dos anos, o BRICS evoluiu para incluir novos membros e expandir sua agenda. Em 2010, a África do Sul foi convidada a se juntar ao grupo, transformando-o em BRICS. Essa inclusão não apenas diversificou ainda mais as perspectivas dentro do bloco adicionando uma nação africana mas também reforçou a ideia de que o BRICS representava vozes emergentes de diferentes continentes.

Explana Aquino (2024), que a expansão contínua do BRICS reflete seu objetivo central: promover parcerias estratégicas entre economias emergentes para fomentar desenvolvimento socioeconômico sustentável. A recente adesão de países como Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos demonstra um movimento deliberado em direção à formação de um bloco mais robusto que busca reduzir dependências externas e criar alternativas às estruturas financeiras dominantes.

A expansão do BRICS em 2024 representa um marco significativo na trajetória do bloco, refletindo não apenas o crescimento econômico das nações emergentes, mas também a busca por uma maior representatividade no cenário global. A inclusão de novos membros, como Argentina, Egito, Etiópia e Arábia Saudita, sinaliza uma estratégia deliberada para diversificar as vozes dentro do grupo e fortalecer sua influência nas decisões internacionais (Freitas, 2024).

Essa ampliação é crucial para o fortalecimento da cooperação entre economias que compartilham desafios semelhantes, como a necessidade de desenvolvimento sustentável e a busca por alternativas às instituições financeiras tradicionais. Com a entrada de países da África e da América Latina, o BRICS se torna um fórum ainda mais abrangente para discutir questões que vão desde segurança alimentar até mudanças climáticas (Kalenguesa e Dourado, 2024).

A expansão pode ser vista como uma resposta à crescente polarização geopolítica. À medida que as tensões entre potências ocidentais e orientais aumentam, o BRICS se posiciona como uma plataforma para promover um diálogo construtivo e soluções colaborativas. A diversidade cultural e econômica dos novos membros traz à tona diferentes perspectivas que podem enriquecer as discussões internas do bloco.

Essa diversidade também apresenta desafios significativos. As diferenças políticas e sociais entre os membros podem gerar tensões que precisam ser geridas com cuidado. Por exemplo, enquanto alguns países priorizam reformas democráticas e direitos humanos, outros podem ter abordagens mais autoritárias. Portanto, será essencial estabelecer mecanismos eficazes de comunicação e negociação para garantir que todos os membros se sintam ouvidos e respeitados (Pecly, Ribeiro, 2015).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Expansão do BRICS: oportunidades de conquista de uma nova liberdade socioeconômica

A expansão do BRICS em 2024 não é apenas uma questão numérica; trata-se de um passo estratégico rumo à construção de um novo paradigma global onde as vozes das economias emergentes são valorizadas. O sucesso dessa iniciativa dependerá da capacidade do bloco em equilibrar interesses diversos enquanto promove objetivos comuns voltados ao desenvolvimento sustentável e à justiça social.

Os objetivos socioeconômicos do BRICS são fundamentais para entender a dinâmica e a relevância do bloco no cenário global contemporâneo. Formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o BRICS busca promover um desenvolvimento econômico sustentável que beneficie não apenas seus membros, mas também outras nações em desenvolvimento. A cooperação entre esses países visa enfrentar desafios comuns, como a pobreza, a desigualdade social e as mudanças climáticas (Armijo, 2014).

Um dos principais objetivos é fomentar o comércio intrabloco. O aumento das trocas comerciais entre os países membros pode reduzir a dependência de mercados ocidentais e fortalecer economias locais. Para isso, iniciativas como a criação de uma moeda comum ou acordos bilaterais de comércio têm sido discutidas. Além disso, o BRICS se propõe a criar um ambiente favorável para investimentos mútuos, facilitando o fluxo de capital e tecnologia entre os países.

A promoção da inovação e da tecnologia, conforme Passos (2022) é outro pilar importante dos objetivos socioeconômicos do BRICS. Os membros reconhecem que o avanço tecnológico é crucial para impulsionar suas economias e melhorar a qualidade de vida de suas populações. Assim, iniciativas conjuntas em áreas como pesquisa científica, desenvolvimento sustentável e educação têm sido priorizadas. Programas de intercâmbio acadêmico e parcerias em projetos tecnológicos são exemplos práticos dessa colaboração.

O BRICS de acordo com Gouveia et al (2024) tem se posicionado como um defensor da reforma das instituições financeiras internacionais. A busca por maior representatividade nas decisões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial reflete uma demanda por um sistema financeiro mais justo que atenda às necessidades das economias emergentes. Essa luta por equidade nas relações econômicas globais é essencial para garantir que os interesses dos países em desenvolvimento sejam considerados nas políticas internacionais.

Os objetivos socioeconômicos do BRICS estão intrinsecamente ligados à promoção da paz e segurança globais. O bloco tem buscado soluções pacíficas para conflitos regionais e tem defendido uma abordagem multilateral nas relações internacionais. Ao unir forças em torno desses objetivos comuns, o BRICS não apenas fortalece sua posição no cenário global, mas também contribui para um mundo mais equilibrado e justo (Santos, 2021).

A metodologia para abordar o tema proposto foi a de referencial descritiva, predominantemente bibliográfica por meio de palavras chaves em banco de dados tecnológicos informacionais como as plataformas *Scielo*, *Google Scholar*, com palavras chaves de buscas prioritários denominadas de “Novo BRICS”, cultura do BRICS, economia, desenvolvimento, comparação entre as nações em termos de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental, diferenças entre as nações, pontos positivos, diferenças étnicas e culturais que podem impactar o fim a que se destina, as quais se aborda as questões de religião, gênero, jurídica, institucional, cultural entre as nações, ou seja, até que ponto países culturalmente tão diversos podem se unir e se esta união está baseada apenas no aspecto econômico ou pode haver ajuda mútua em áreas que afetam as relações de direitos humanos e fundamentais, podendo gerar insegurança jurídica, como a migração, intercâmbio, turismo, criação de uma moeda única, aceitação mútua do modo de viver do outro em todos os países que hoje formam o bloco.

1.2 Estratégias para redução da dependência internacional

A redução da dependência internacional, conforme Lobato (2018) é um objetivo crucial para países que buscam fortalecer sua soberania econômica e social. No contexto do BRICS, a diversificação das parcerias comerciais e a promoção de uma moeda única são estratégias centrais que visam diminuir a influência de instituições financeiras tradicionais, como o FMI, e potências ocidentais, especialmente os Estados Unidos. Essa abordagem não apenas busca aumentar a autonomia econômica, mas também fomentar um desenvolvimento mais equilibrado entre os membros do bloco.

Uma das principais estratégias envolve o fortalecimento do comércio intra-BRICS. Ao incentivar trocas comerciais diretas entre os países membros, é possível reduzir custos de transação e minimizar a necessidade de intermediários financeiros internacionais. Por exemplo, iniciativas como acordos bilaterais de livre comércio podem facilitar o fluxo de bens e serviços, promovendo uma maior integração econômica. Além disso, a criação de plataformas digitais para facilitar essas transações pode ser um passo importante na modernização das relações comerciais.

Outra estratégia, conforme Trapp (2024) é o relevante investimento em infraestrutura regional. Projetos conjuntos em áreas como transporte, energia e tecnologia podem criar uma rede interconectada que não só melhora as condições econômicas internas dos países envolvidos, mas também fortalece suas posições no cenário global. A construção de ferrovias ou portos que conectem as nações do BRICS pode facilitar o escoamento da produção local e atrair investimentos externos sem depender exclusivamente de mercados ocidentais.

Para Bandeira (2016), promover políticas públicas que incentivem a inovação tecnológica é fundamental para reduzir a dependência externa em setores estratégicos. O fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D) dentro dos países membros pode gerar soluções locais para problemas comuns, diminuindo assim a necessidade de importações tecnológicas. Programas educacionais voltados para capacitar mão-de-obra local em áreas emergentes também são essenciais nesse processo.

O impacto das novas parcerias no comércio é um aspecto fundamental para entender as dinâmicas econômicas contemporâneas, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado. As alianças formadas entre países, como as do bloco BRICS, não apenas promovem o aumento do fluxo comercial, mas também transformam a forma como os mercados operam e se relacionam entre si.

Um dos efeitos mais significativos dessas parcerias é a diversificação das rotas comerciais. Com a criação de acordos bilaterais e multilaterais, os países membros têm a oportunidade de explorar novos mercados e reduzir sua dependência de parceiros tradicionais. Por exemplo, ao estabelecer laços comerciais com nações da Ásia e da África, os países do BRICS podem acessar recursos naturais e produtos que antes eram limitados por barreiras tarifárias ou políticas protecionistas aponta Barbosa (2015).

A implementação de plataformas digitais para Silva, Carvalho e Dias (2020) para facilitar transações comerciais é outra inovação impulsionada por essas novas parcerias. A digitalização não só acelera o processo de negociação e fechamento de contratos, mas também aumenta a transparência nas operações comerciais. Isso é particularmente relevante em um contexto onde a confiança mútua entre os parceiros é essencial para o sucesso das relações comerciais.

As novas parcerias têm promovido uma maior integração econômica regional. Projetos conjuntos em infraestrutura, como ferrovias e portos que conectam diferentes nações do BRICS, são exemplos claros de como esses esforços colaborativos podem melhorar significativamente o escoamento da produção local. Essa interconexão não apenas facilita o comércio intrarregional, mas também atrai investimentos externos que buscam aproveitar essa nova rede logística.

Nas modernas parcerias no comércio também trazem à tona questões relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social. À medida que os países buscam expandir suas trocas comerciais, há uma crescente necessidade de garantir que essas práticas sejam sustentáveis e respeitem normas ambientais e sociais. Assim, iniciativas conjuntas voltadas para práticas comerciais éticas podem fortalecer ainda mais as relações entre os membros do bloco (Mello e Souza, 2019).

1.3 Perspectivas de Crescimento Econômico

As perspectivas de crescimento econômico são fundamentais para a análise do desenvolvimento sustentável e das parcerias estratégicas entre países. Em um cenário global em constante mudança, as nações precisam adaptar suas políticas econômicas e sociais para garantir um crescimento robusto e inclusivo. O fortalecimento das relações comerciais, especialmente entre os membros de blocos como o BRICS, é uma peça-chave nesse quebra-cabeça.

Um dos principais fatores que influenciam as perspectivas de crescimento econômico é a inovação tecnológica. A digitalização da economia não apenas transforma setores tradicionais, mas também cria novas oportunidades de negócios. Por exemplo, a adoção de tecnologias emergentes como inteligência artificial e blockchain pode otimizar processos produtivos e aumentar a eficiência nas cadeias de suprimento. Países que investem em pesquisa e desenvolvimento tendem a se destacar no cenário global, atraindo investimentos estrangeiros e promovendo um ambiente favorável ao empreendedorismo.

A diversificação econômica, conforme Fiori (2004) também desempenha um papel crucial nas perspectivas de crescimento. Economias que dependem fortemente de um único setor estão mais vulneráveis a choques externos. Portanto, promover uma variedade de indústrias — desde agricultura até tecnologia da informação — pode ajudar

a mitigar riscos e garantir estabilidade econômica. Iniciativas conjuntas entre países podem facilitar essa diversificação, permitindo o compartilhamento de conhecimentos e recursos.

Conforme Pecly e Ribeiro (2015), o investimento em infraestrutura é vital para sustentar o crescimento econômico a longo prazo. Projetos colaborativos em transporte, energia e telecomunicações não apenas melhoram a conectividade entre os países membros do BRICS, mas também criam empregos locais e estimulam o comércio regional. A construção de ferrovias que ligam diferentes nações pode reduzir custos logísticos e aumentar a competitividade dos produtos nos mercados internacionais.

As questões ambientais não podem ser ignoradas nas discussões sobre crescimento econômico. As parcerias devem incluir compromissos com práticas sustentáveis que respeitem os limites do planeta. Investir em energias renováveis e tecnologias limpas não só atende à demanda crescente por soluções ecológicas, mas também abre novas frentes para o desenvolvimento econômico responsável (Silva, Carvalho, Dias, 2020).

1.4 Diversidade Religiosa e Étnica

Conforme Safe, Coelho e Diniz (2020), a diversidade religiosa e étnica entre os países membros do BRICS, representa um aspecto crucial para a construção de parcerias socioeconômicas. Cada um desses países traz consigo uma rica arte cultural que influencia não apenas suas práticas sociais, mas também suas interações políticas e econômicas. A convivência de diferentes tradições religiosas e etnias pode ser tanto uma fonte de riqueza cultural quanto um potencial gerador de conflitos.

As diferenças nas crenças religiosas, conforme Sgorla et al (2021) são particularmente significativas. Por exemplo, enquanto o Brasil possui uma predominância do cristianismo, países como o Irã são majoritariamente muçulmanos. Essa disparidade pode levar a mal-entendidos ou até tensões em negociações diplomáticas e comerciais. Além disso, as normas sociais relacionadas à religião podem impactar diretamente questões como direitos humanos e igualdade de gênero, áreas onde as expectativas variam amplamente entre os membros do bloco.

A questão é: como promover um ambiente de cooperação respeitando essas diversidades? Para Ballerini (2017), um caminho possível é a promoção do diálogo intercultural que valorize as particularidades de cada nação. Iniciativas que incentivem o intercâmbio cultural podem ajudar a construir pontes entre diferentes grupos religiosos e étnicos, promovendo uma compreensão mútua que minimize preconceitos e estereótipos.

A criação de plataformas multilaterais, conforme Santos (2023) onde representantes das diversas culturas possam discutir abertamente suas preocupações pode ser fundamental para evitar conflitos. Tais espaços devem ser projetados para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, permitindo assim que soluções inclusivas sejam desenvolvidas em torno das questões socioculturais.

As diferenças nos hábitos sociais entre os países membros do BRICS são um reflexo das diversas culturas, tradições e contextos históricos que moldam cada nação. Essas variações não apenas influenciam a convivência cotidiana, mas também afetam as relações comerciais e diplomáticas entre os países do bloco. Compreender essas diferenças é essencial para promover uma colaboração eficaz e respeitosa.

Um aspecto significativo das diferenças nos hábitos sociais é a forma como as interações pessoais são conduzidas. Por exemplo, em países como o Brasil, a sociabilidade é frequentemente marcada por um estilo mais caloroso e informal, onde o contato físico, como abraços e beijos no rosto, é comum. Em contraste, na Rússia ou na China, as interações tendem a ser mais reservadas e formais, refletindo normas culturais que valorizam a distância social em contextos profissionais (Garcia-Herrero, 2024).

A alimentação também serve como um exemplo claro das divergências culturais. Enquanto o Brasil é conhecido por sua diversidade gastronômica que inclui churrascos e pratos à base de feijão, na Índia predominam especiarias intensas e uma variedade de pratos vegetarianos devido a crenças religiosas. Essas preferências alimentares podem impactar eventos sociais e negociações comerciais, onde refeições compartilhadas são comuns para fortalecer laços (Gonçalves, 2014).

As celebrações e festividades variam amplamente entre os membros do BRICS. O Carnaval no Brasil contrasta com o Ano Novo Chinês ou o Diwali na Índia; cada um desses eventos reflete valores culturais únicos que podem ser desconhecidos ou mal interpretados por outros membros do bloco. A falta de compreensão sobre esses costumes pode levar a mal-entendidos durante interações interculturais.

Os conflitos potenciais nas relações interculturais entre os membros do BRICS são um das complexidades que surgem da interação de culturas diversas. A convivência de diferentes tradições, valores e modos de comunicação pode gerar mal-entendidos e tensões, especialmente em contextos onde a colaboração é essencial para o sucesso econômico e político do bloco.

Um dos principais fatores que contribuem para esses conflitos é a diferença na percepção do tempo e da pontualidade. Em países como o Brasil, a flexibilidade em relação ao horário é comum, enquanto na Rússia ou na China, a pontualidade é frequentemente vista como um sinal de respeito. Essa discrepância pode levar a frustrações durante reuniões ou eventos conjuntos, onde as expectativas sobre o tempo não são alinhadas (BRICS, 2024).

A linguagem, conforme Bracho (2017) também desempenha um papel crucial nos conflitos interculturais. As barreiras linguísticas podem resultar em interpretações errôneas de mensagens e intenções. Além disso, expressões idiomáticas ou referências culturais específicas podem ser mal compreendidas por membros de outras culturas, levando a desentendimentos que poderiam ser evitados com uma comunicação mais clara e adaptada.

Distinto aspecto relevante diz respeito às normas sociais relacionadas à hierarquia e à tomada de decisões. Em algumas culturas, como a indiana, as decisões tendem a ser tomadas de forma mais coletiva e consultiva, enquanto em outras, como no Brasil ou na Rússia, pode haver uma tendência maior para decisões centralizadas. Essa diferença pode causar frustração quando se espera que todos os membros participem igualmente do processo decisório.

Para mitigar esses conflitos potenciais, é fundamental promover uma educação intercultural que enfatize o respeito pelas diferenças e o desenvolvimento de habilidades comunicativas adaptativas. Iniciativas que incentivem o diálogo aberto sobre expectativas culturais podem ajudar a construir um ambiente colaborativo mais harmonioso. Ao reconhecer as particularidades culturais dos outros membros do BRICS, é possível transformar desafios em oportunidades para fortalecer laços entre as nações (BRASIL, 2023).

1.5 Abordagens Diferentes sobre Direitos Humanos

A discussão sobre direitos humanos conforme Jacintho e Moraes (2004) é multifacetada e varia significativamente entre diferentes contextos culturais, sociais e políticos. As abordagens podem ser agrupadas em três categorias principais: a abordagem ocidental, a abordagem cultural e a abordagem de direitos humanos como um conceito universal. Cada uma dessas perspectivas traz à tona questões cruciais que influenciam as relações de gênero e os direitos humanos em um contexto global.

De acordo com Analfageme (2019), seria possível manter laços comerciais com populações que possuem regimes de governo que violam direitos humanos em comparação a outros países. Isto quer dizer que, além de idiomas diferentes, religiões diferentes e ideológicas entre as nações, muitos dos novos membros do BRICS punem com sanções severas a prática de gênero que não seja a heteronormativa, inclusive com prisão e pena de morte como Irã, Arábia Saudita, Etiópia, enquanto que no Brasil há julgados de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal que coíbe qualquer tipo de preconceito em relação ao gênero como a Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO26) em que criminaliza quem pratica a homotransfobia. Neste caso estariam os mercados e interesses econômicos, acima das prerrogativas de direitos fundamentais a própria vida do ser humano em cada nação e como é mensurada a entrada de cada membro? Qual critério a ser usado, e como se resolvem diplomaticamente as diferenças étnicas e jurídicas? (Toni Junior, 2024).

A abordagem ocidental, predominante na Europa e nas Américas, enfatiza a individualidade e os direitos civis como fundamentais. Essa perspectiva defende que todos os indivíduos têm direitos inalienáveis que devem ser respeitados independentemente do contexto cultural

ou social. No entanto, essa visão pode ser criticada por sua tendência a desconsiderar as particularidades locais, levando à imposição de valores ocidentais em sociedades com tradições diferentes.

Por outro lado, Safe, Coelho e Diniz (2020) destaca a abordagem cultural e argumenta que os direitos humanos não podem ser dissociados das normas culturais e sociais de cada sociedade. Defensores dessa perspectiva sustentam que o respeito pela diversidade cultural deve ser priorizado, permitindo que cada comunidade defina seus próprios padrões de dignidade humana.

Essa visão pode resultar em justificativas para práticas discriminatórias ou opressivas sob o pretexto da preservação cultural. A abordagem universalista busca encontrar um equilíbrio entre as duas perspectivas

anteriores. Ela propõe que existem princípios básicos de direitos humanos aplicáveis a todos os seres humanos, mas reconhece também a necessidade de adaptação desses princípios às realidades locais. Essa abordagem é particularmente relevante no contexto dos BRICS, onde países com diferentes estruturas socioculturais interagem e buscam estabelecer parcerias sem comprometer suas identidades culturais.

Essas abordagens distintas revelam tensões intrínsecas nas discussões sobre direitos humanos e relações de gênero. A aceitação mútua das diferenças culturais é essencial para promover um diálogo construtivo que respeite tanto os direitos individuais quanto as especificidades coletivas. Assim, o desafio reside em encontrar formas eficazes de implementar políticas que protejam os direitos humanos enquanto se respeitam as diversidades culturais presentes nas sociedades contemporâneas.

A coesão social é um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, e suas implicações são particularmente relevantes quando se considera a interseção entre direitos humanos e relações de gênero. A promoção da igualdade de gênero não apenas fortalece os direitos individuais, mas também contribui para a construção de comunidades mais unidas e resilientes.

Quando todos os membros da sociedade, independentemente de seu gênero, têm acesso igualitário a oportunidades e recursos, isso resulta em uma maior harmonia social. Um dos principais impactos da promoção dos direitos humanos nas relações de gênero é a redução das desigualdades sociais. Em sociedades onde as mulheres têm voz ativa na política, na economia e na vida comunitária, observa-se uma diminuição das tensões sociais. Por exemplo, estudos demonstram que países com maior representação feminina em cargos políticos tendem a ter políticas públicas mais inclusivas que beneficiam toda a população. Isso não só melhora as condições de vida das mulheres, mas também promove um ambiente onde todos se sentem valorizados e respeitados (IPEA, 2014).

A aceitação da diversidade de gênero, conforme Analfageme (2019) contribui para o fortalecimento do tecido social ao promover o respeito mútuo entre diferentes grupos. Quando as diferenças são celebradas em vez de serem vistas como barreiras, cria-se um espaço propício para o diálogo e a colaboração. Iniciativas comunitárias que envolvem homens e mulheres em atividades conjuntas podem servir como plataformas para dismantelar estereótipos prejudiciais e construir relacionamentos baseados na empatia e no entendimento.

A falta de atenção às questões de gênero, conforme Toni Junior (2024) pode levar à fragmentação social. Comunidades que ignoram ou marginalizam certos grupos frequentemente enfrentam conflitos internos e desconfiança mútua. Portanto, investir em educação sobre direitos humanos e igualdade de gênero é fundamental para cultivar uma cultura de paz e solidariedade. Programas educacionais que abordam esses temas desde cedo podem moldar gerações futuras mais conscientes e comprometidas com a justiça social.

As implicações da promoção dos direitos humanos nas relações de gênero são profundas e abrangentes. Ao fomentar uma sociedade coesa onde todos têm voz ativa, não apenas se avança na luta pela igualdade, mas também se constrói um futuro mais harmonioso para todos os cidadãos.

A proposta de uma moeda única, de acordo com Sampaio e Carvalho (2025) entre os países do BRICS, surge como uma resposta estratégica às dinâmicas econômicas globais contemporâneas. O conceito de moeda comum não se limita apenas à facilitação das transações comerciais, mas também representa um passo significativo em direção à autonomia econômica dos países membros.

A criação dessa moeda visa reduzir a dependência do dólar americano e das instituições financeiras tradicionais, como o FMI, que muitas vezes impõem condições rigorosas aos países em desenvolvimento. Um dos principais benefícios de uma moeda comum seria a simplificação das trocas comerciais entre os membros do bloco.

Atualmente, as transações são frequentemente complicadas por taxas de câmbio flutuantes e custos adicionais associados à conversão monetária. Com uma moeda única, espera-se que haja um aumento no volume de comércio intra-BRICS, promovendo um ambiente mais favorável para investimentos e parcerias econômicas (Sampaio, Carvalho, 2025).

A implementação de uma moeda comum enfrenta desafios significativos devido à diversidade sociocultural e econômica dos países envolvidos. Cada nação possui suas próprias políticas monetárias, sistemas financeiros e prioridades econômicas. Por exemplo, enquanto alguns países podem priorizar o crescimento econômico rápido, outros podem focar na estabilidade financeira ou na redução da desigualdade social. Essa diversidade pode gerar tensões nas negociações sobre a governança da nova moeda e sua política monetária.

Questões relacionadas aos direitos humanos e normas sociais variam amplamente entre os membros do BRICS. As diferenças nas percepções sobre gênero, religião e direitos civis podem complicar ainda mais a

colaboração política necessária para sustentar uma união monetária eficaz. Portanto, é crucial que os líderes do BRICS abordem essas questões com sensibilidade cultural e respeito mútuo para evitar conflitos internos que possam comprometer o sucesso da iniciativa (Brasil, 2024).

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

2.1 A expectativa de uma moeda única

A adoção de uma moeda única entre os países do BRICS representa um avanço significativo nas trocas comerciais, trazendo diversas vantagens que podem transformar a dinâmica econômica do bloco.

A eliminação das flutuações cambiais é um dos benefícios mais evidentes. Atualmente, as transações entre os membros são frequentemente afetadas por variações nas taxas de câmbio, o que pode resultar em custos adicionais e incertezas para empresas e investidores. Com uma moeda comum, espera-se que essas incertezas sejam drasticamente reduzidas, facilitando o planejamento financeiro e aumentando a previsibilidade nos negócios.

A moeda única, conforme Gift (2024) pode promover um aumento no volume de comércio intra-BRICS. A simplificação das transações comerciais não apenas reduzirá os custos operacionais associados à conversão de moedas, mas também incentivará as empresas a explorar novos mercados dentro do bloco. Por exemplo, uma empresa brasileira poderá facilmente negociar com parceiros na Rússia ou na Índia sem se preocupar com as oscilações cambiais ou taxas elevadas de conversão.

Conforme Brasil (2015), o importante é o fortalecimento da posição econômica dos países membros no cenário global. Ao unificar suas economias sob uma moeda comum, os países do BRICS podem aumentar seu poder de negociação em fóruns internacionais e reduzir sua dependência do dólar americano. Isso não só promove maior autonomia financeira como também pode levar a condições mais favoráveis em acordos comerciais globais (Sampaio e Carvalho, 2025).

Ademais, a criação de uma moeda única, para Brasil (2024), pode estimular investimentos diretos entre os países do BRICS. Com um ambiente econômico mais estável e previsível, investidores estrangeiros poderão ver o bloco como um destino atraente para seus investimentos. Isso poderia resultar em um ciclo virtuoso de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável para todos os membros.

Vale ressaltar que a implementação bem-sucedida dessa moeda requererá esforços conjuntos significativos em termos de políticas econômicas coordenadas e governança monetária eficaz. No entanto, as vantagens potenciais superam amplamente os desafios iniciais, posicionando o BRICS como um ator relevante na economia global contemporânea.

A implementação de uma moeda única entre os países do BRICS é um projeto ambicioso que enfrenta diversos desafios complexos. Esses obstáculos não apenas envolvem questões técnicas e econômicas, mas também aspectos políticos e sociais que podem impactar a viabilidade do projeto. Compreender esses desafios é crucial para o sucesso da iniciativa e para a estabilidade econômica do bloco.

Um dos principais desafios reside nas diferenças econômicas entre os países membros. Cada nação possui estruturas econômicas distintas, níveis de desenvolvimento e políticas monetárias próprias. Por exemplo, enquanto a China apresenta uma economia robusta e em crescimento acelerado, outros países como a África do Sul enfrentam dificuldades econômicas mais significativas. Essa disparidade pode dificultar a criação de uma política monetária comum que atenda às necessidades de todos os membros.

As questões políticas internas são um fator crítico, menciona Garcia-Herrero (2024). A coordenação entre governos com diferentes prioridades políticas pode ser complicada. Os interesses nacionais muitas vezes se sobrepõem aos objetivos coletivos do bloco, levando a tensões que podem comprometer o processo de integração monetária. A falta de confiança mútua entre os líderes dos países também pode ser um obstáculo significativo à cooperação necessária para implementar uma moeda única.

A resistência cultural à mudança também deve ser considerada. Os cidadãos dos países do BRICS estão acostumados com suas moedas nacionais e podem ver a adoção de uma moeda única como uma ameaça à sua soberania econômica. Campanhas educativas serão essenciais para informar a população sobre os benefícios da nova moeda e mitigar temores relacionados à perda de controle econômico.

O desenvolvimento das infraestruturas financeiras conforme Mello e Souza (2019) são necessárias para suportar uma moeda única é outro desafio importante. Isso inclui sistemas bancários interconectados, plataformas digitais seguras para transações e mecanismos eficazes de supervisão financeira. Sem essas bases sólidas, a implementação da moeda única poderá enfrentar sérios problemas operacionais. Embora a ideia de uma moeda única no BRICS traga promessas significativas em termos de integração econômica e fortalecimento global, os desafios associados à sua implementação exigem atenção cuidadosa e esforços coordenados por parte dos países membros.

2.2 Visões sobre o Futuro do Bloco

A evolução do BRICS, conforme Freitas (2024) desde sua fundação em 2001 até a recente expansão com novos membros, reflete um movimento significativo na dinâmica geopolítica global. O bloco, que já inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, agora se fortalece com a adesão de países como Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito. Essa ampliação não apenas diversifica as economias representadas no grupo, mas também amplia suas influências políticas e culturais no cenário internacional.

Um dos principais objetivos do BRICS, de acordo com Aquino (2024) é reduzir a dependência de instituições financeiras tradicionais como o FMI e promover um desenvolvimento socioeconômico mais autônomo entre seus membros. A proposta de uma moeda única para facilitar as trocas comerciais é um passo audacioso que pode transformar as relações econômicas dentro do bloco. No entanto, essa iniciativa enfrenta desafios significativos devido às diferentes realidades econômicas e políticas dos países envolvidos.

As disparidades socioculturais de acordo com Aptenhoölgel (2024) entre os membros podem ser tanto uma fonte de riqueza quanto um potencial foco de conflito. As diferenças nas tradições religiosas, nos direitos humanos e nas normas sociais exigem um diálogo constante para garantir que todos os países se sintam respeitados e incluídos nas decisões coletivas. Desta maneira, enquanto alguns países priorizam direitos individuais mais liberais, outros mantêm visões conservadoras que podem gerar tensões internas no bloco.

A questão da aceitação mútua das diversas práticas culturais conforme Kalenguessa e Dourado (2024) é crucial para o futuro do BRICS. A capacidade de encontrar um terreno comum sem comprometer a identidade nacional será determinante para o sucesso da colaboração entre esses estados. Assim sendo, o futuro do BRICS pode ser visto como uma utopia ou uma possibilidade realista: depende da habilidade dos líderes em navegar por essas complexidades enquanto buscam benefícios mútuos. Portanto, as visões sobre o futuro do BRICS são multifacetadas e repletas de nuances. O equilíbrio entre cooperação econômica e respeito à diversidade cultural será fundamental para determinar se o bloco poderá realmente prosperar ou se enfrentará conflitos internos que poderão comprometer sua unidade.

A busca pela harmonia entre os estados membros do BRICS é fundamental para o fortalecimento da cooperação e integração regional. A diversidade cultural, econômica e política dos países que compõem este bloco pode ser tanto uma fonte de riqueza quanto um desafio à unidade. Portanto, explorar caminhos que promovam a harmonia é essencial para garantir um futuro próspero e colaborativo.

Um dos principais caminhos para alcançar essa harmonia, para Gennari, Miglioli e Lima Filho (2024) é o fortalecimento do diálogo multilateral. Reuniões regulares entre líderes e representantes dos países membros podem facilitar a troca de ideias e a resolução de conflitos antes que se tornem problemas maiores. Por exemplo, fóruns como a Cúpula do BRICS oferecem uma plataforma onde as nações podem discutir suas diferenças abertamente, buscando soluções conjuntas que respeitem as particularidades de cada país.

A criação de mecanismos institucionais que promovam a transparência nas decisões pode ajudar a construir confiança mútua. A implementação de comitês intergovernamentais focados em áreas específicas, como comércio, segurança e meio ambiente, pode permitir uma abordagem mais coordenada e eficaz na resolução de questões comuns. Esses comitês poderiam trabalhar em conjunto com organizações regionais existentes para maximizar recursos e expertise.

A promoção da interdependência econômica também é um caminho viável para fortalecer laços entre os membros do BRICS. Incentivar investimentos mútuos e parcerias comerciais pode criar um ambiente onde os países se sintam mais motivados a colaborar em outras áreas.

Pode-se mencionar, iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) têm potencial para financiar projetos que beneficiem todos os estados membros, criando um senso de pertencimento ao grupo. Fomentar intercâmbios culturais e educacionais pode contribuir significativamente para a construção da harmonia entre os povos do BRICS. Programas que incentivem estudantes e profissionais a conhecerem outras culturas dentro do bloco podem reduzir preconceitos e promover uma maior compreensão das realidades locais. Essa troca não apenas enriquece as experiências individuais mas também fortalece laços sociais duradouros.

3 CONCLUSÃO

Desde sua criação os países do BRICS são uma das possibilidades de comércio internacional entre seus membros, isto porque na formação inicial tínhamos, a China e Índia, dois países emergentes em termos de crescimento econômico, sendo a China uma potência bélica, além que ambos possuem as duas maiores populações do planeta. O Brasil estando entre as oito maiores economias do mundo, África do Sul o país mais desenvolvido da África e com maior tendência a abertura econômica após as reformas estruturais nas últimas décadas após as guerras do *apartheid* e a Rússia que sempre gerou expectativas por ser uma potência bélica e por ter dominado parte do mundo na Guerra Fria.

Todavia, embora exerçam influências na economia, na diplomacia, na população mundial e nos armamentos bélicos são nações desiguais, onde há forte concentração de renda e disparidades básicas em termos de variáveis de bem estar socioeconômicas incluindo as questões ambientais, de gênero, sociais e religiosas.

Com o ingresso de novos países entre 2024-25 do oriente médio e as possibilidades de novos ingressos, pouco se questionou qual o critério adotado para o aceite de um país no Brics, se é apenas para que haja trocas comerciais ou se propõe mais relações que envolvam a multiplicidade étnica de seus povos. Visto que além do que foi citado, os países possuem regimes de hábitos e convivência diversos que vão além do pensamento econômico.

Diferente da União Europeia (EU), em que há regras para que um novo membro possa ingressar no bloco, quais as exigências e potencialidades além do econômico que o Brics pode trazer a seus membros? Temos forte insegurança jurídica nos princípios básicos de direitos fundamentais na Constituição do Brasil com relação a maioria dos países, por exemplo na questão de gênero, de preservação ambiental, de respeito as minorias étnicas e seus costumes e como seria esta reciprocidade dos demais para com os brasileiros como na eventualidade criação de uma moeda única e de migração direta entre países, como a convivência de ir e vir?

Há questões que devem ser melhor esclarecidas para todos os membros, qual o real objetivo do Brics, além do econômico e mesmo neste aspecto quais critérios se usa para admissão e controle entre seus membros e diretrizes para o presente e para o futuro, que tenham viés comum em pautas prioritárias para a humanidade como o respeito a dignidade humana, as minorias étnicas, a migração, além dos freios e contrapesos para adoção de uma moeda única, devido ao pluralismo econômico que aumenta na medida que novos membros ingressam no bloco.

REFERÊNCIAS

- Analfageme, Ana. Morrer por ser gay: o mapa-múndi da homofobia. *El País*. Espanha. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html. Acesso: 12. abr. 2024.
- Aptenhölgel, Uwe. BRICS: de la ambición desarrollista al desafío geopolítico. *Nueva Sociedad*, nº 310, marzo-abril 2024. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/310-BRICS/>. Acesso: 14. ago. 2024.
- Aquino, Isis. BRICS+ Sob o Olhar Decolonial. *Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília*. 2024. Disponível em: https://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v6_n2_jun_2024/Expanso_do_BRICS_v_6_n_2_jun_2024.pdf#page=15, Acesso: 14. mar. 2024.
- Armijo, Leslie Elliott; ROBERTS, Cynthia. The emerging powers and global governance: Why the BRICS matter. In: *Handbook of emerging economies*. 1. ed. Abingdon. *Routledge international handbooks*, p. 22. Oxon New York: 2014
- Ballerini, Frantjesco. *Poder Suave* (Soft Power). Ed. Summus. São Paulo. 2017.
- Bandeira, Luiz Alberto. Moniz. *A desordem mundial*. 6ª edição. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2016.

- Bracho, Gerardo. The Troubled Relationship of the Emerging Powers and the Effective Development Cooperation Agenda. Discussion Paper. *Deutsches Institut für Entwicklungspolitik*. Bonn. Germany. 2017. Disponível em: https://www.idos-research.de/uploads/media/DP_25.2017.pdf. Acesso: 02. out. 2024.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Proposed Agenda for Brazil, Russia, India, China, South Africa. BRICS. *Cooperation on Population Matters 2015-2020*. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 2015. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/press-releases/21-documents/250-proposed-agenda-for-brazil-russia-india-china-south-africa-brics-cooperation-on-population-matters-2015-2020>. Acesso: 14. dez. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. *XV reunião da Cúpula do BRICS*. Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países. Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>. Acesso: 12. fev. 2025.
- BRASIL. *Senado Federal*. Brasília. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/agenda-economica/2024/11/paises-dos-brics-discutem-a-adocao-de-uma-moeda-comum-para-realizar-comercio-sem-o-dolar>. Acesso: 02. Marc. 2025.
- BRICS. *Declaração de Kazan*: Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/ptbr/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazanrussia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso: 13. Jan. 2025.
- Fiori, José Luís. *O poder global dos Estados Unidos*: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (Org.). *O poder americano*. Ed. Vozes. Petrópolis. 2004.
- Freitas, Marcelo de Souza. A expansão dos BRICS em meio desordem internacional: Os novos desafios para a política externa brasileira e a inserção internacional autônoma do Brasil. *Mural Internacional*. vol.15. e83323. Rio de Janeiro.2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/83323/51483>. Acesso: 12. jan. 2025.
- Garcia-Herrero, Alicia. China Continues to Dominate an Expanded BRICS. *East Asia Forum*. United States of America (USA) 2024. Disponível em : <https://eastasiaforum.org/2024/04/12/china-continues-to-dominate-an-expanded-brics/>. Acesso: 12. mai. 2024.
- Gennari, Adilson Marques; MIGLIOLI, Aline Marcondes; LIMA FILHO, Paulo Alves. O Brasil e o BRICS Plus na nova fase da (des) globalização multipolar. *Revista Fim do Mundo*, nº 11, jan/jun2024. Marília. 2024. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/16163/16807>. Acesso: 10. abr. 2024.
- GIFT, Makgamatha Mpho. The BRICS currency conundrum: Weighing the pros and cons of a unified monetary system. *APRI* in collaboration with the University of Johannesburg. Johannesburg. South Africa. 2024. Disponível em : <https://africapi.org/the-brics-currency-conundrum-weighing-the-pros-and-cons-of-a-unified-monetary-system>. Acesso: 15. vev. 2024.
- Gonçalves, Natália Barbosa Argiles. *As relações Brasil-Índia (191-2014)*: Perspectivas estratégicas de uma ordem global em mudança. Trabalho de Conclusão de Curso. Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116371/000963709.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 10. out. 2024.
- Gouveia, Andréa Barbosa et al. Educação e Formas de Participação no Contexto dos BRICS: alguns elementos para uma aproximação ao tema. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18. e97948. Curitiba. 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v18/1981-1969-jpe-18-e97948.pdf>. Acesso: 02. dez. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS (IPEA). *BRICS enfrentam o desafio da desigualdade social*. Brasília. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/3489-brics-enfrentam-o-desafio-da-desigualdade-social>. Acesso: 05. nov. 2024.
- Jacinto, Barbara Cristina; Moraes, Leonardo Segura. *Uma nova arquitetura financeira global: O Novo Banco de Desenvolvimento e o potencial econômico para o bloco BRICS*. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Economia e Relações Internacionais. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia. 2024.
- Kalenguessa, Filipe Joaquim; Dourado, Ivan Penteado. Educational Cooperation in Africa: an analysis based on Angolan educational policies and the counter-hegemonic potentials of the BRICS. *Educational Cooperation in Africa: an analysis based on Angolan educational policies and the counter-hegemonic potentials of the BRICS*.

- Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18 e95964T. Curitiba. 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v18/en_1981-1969-jpe-18-e95964.pdf. Acesso: 12. mar. 2025.
- Lobato, Lenaura de Vasconcelos Costa. *A questão social no projeto do BRICS*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Campus do Gragoatá bloco E/5º/326, Gragoatá. 24210- 350 Niterói RJ. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cq89HSrr4FGdP343GxBbMws/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 15. abr. 2024.
- Mello e Souza, André. Governança global da Cooperação para o desenvolvimento agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. *Boletim de Economia e Política Internacional*. Instituto de pesquisas Aplicadas (IPEA) , n. 25, maio-agosto. Brasília. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9797/1/BEPI_n25_Governanca.pdf. Acesso: 14. Fev . 2025.
- Passos, Rodrigo Robert W. *Cox e a hegemonia: uma análise preliminar da conjuntura internacional de 2022*. Docente da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. ORCID: 0000-0002-5542-2812. Marília. 2022.
- Pecly, Pedro Henrique Drumond; Ribeiro, Priscila Cristina Cabral. *Orientação empreendedora e traços culturais dos BRICS: uma revisão bibliográfica*. 1º Encontro interastatual de engenharia de produção. São João da Barra. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Priscilla-Cristina-Ribeiro-2/publication/275892251_Orientacao_empreendedora_e_tracos_culturais_dos_BRICS_uma_revisao_bibliografica/links/5549136d0cf2ebfd8e3ad72d/Orientacao-empreendedora-e-tracos-culturais-dos-BRICS-uma-revisao-bibliografica.pdf. Acesso: 14. jul. 2024.
- Pereira, Jéssica Barbosa. *Análise das relações entre as dimensões culturais de hofstede e o grau de liberdade econômica: um estudo aplicado aos países do BRICS*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de tecnologia e Ciências aplicadas. Fatecs. Brasília. 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6945/1/21150180.pdf>. Acesso: 15. jan. 2025.
- Sampaio, Adriano Vilela; Carvalho, Evandro Menezes. *Moeda de negociação do BRICS gera novos debates após ameaça de Trump*. Notícias. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2025. Disponível em: <https://www.uff.br/10-02-2025/moeda-de-negociacao-do-brics-gera-novos-debates-apos-ameaca-de-trump/>. Acesso: 05. mar. 2025.
- Safe, Diva Júlia; Coleho, Saulo Pinto; Diniz, Ricardo Spindola. *Situação das minorias étnicas nos países do BRICS: Análise comparada da (in)efetividade de políticas públicas de proteção e autonomia das minorias étnicas nas quadro maiores economias emergentes do mundo*. Capítulo IV . CAPES, e com fomento do PPGDP-UFG e seus parceiros institucionais. Santa Catarina. 2020 Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/8111>. Acesso: 03. Dez. 2024.
- Santos, Camila. A cooperação Sul-Sul e o multilateralismo na criação do centro de pesquisa e desenvolvimento de vacinas do Brics. *Revista tempo do mundo*. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/433/372>. Acesso: 05. Out. 2024.
- Silva, Roberta Rodrigues Marques; CARVALHO, Patrícia Nasser; DIAS, Bruno Gonçalves. *O novo banco de desenvolvimento do BRICS: uma análise dos seus objetivos, inovações e o financiamento de energias renováveis*. Sul Global. 1 (2): 172- 207. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/59455/2/O%20novo%20banco%20de%20desenvolvimento%20do%20brics.pdf>. Acesso: 01. dez. 2024.
- Sgorla et al. Análise da relação da religião e desenvolvimento econômico dos países que compõe o BRICS. UCS - Universidade de Caxias do Sul. *Revista de Administração* . UNIFATEA, v. 22, n. 22, jan.-jun. Caxias do Sul. 2021.
- Toni Junior, Claudio Noel. *Lutas discursivas em torno do corpo: a construção social da subjetividade transexual*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho”. *Dissertação de Mestrado*. Araraquara. 2024.
- Trapp, Vitor Colombo. *BRICS+ na emergência do mundo multipolar: Perspectivas e comparações para a governança global*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2024. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/26992/1/2024_2_VITOR_COLOMBO_TRAPP_TCC.pdf. Acesso: 01. Mar. 2025.

UNITED NATION DEVELOPMENT PROGRAMME. (UDP). *Human Development Reports (HDR)* Banco Mundial. Nova York. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SH.XPD.PUBL.Z>. Acesso: 01. ago. 2024.